

Capitalismo, Tecnocracia e Educação: Síntese Histórica

Abadia Pereira Maia¹ (PG)* - abamarisa@hotmail.com, Flávio Reis dos Santos² (PQ)

Rua Quatorze, 625 – Jardim América – Morrinhos – GO – CEP 75650-000

Resumo

O objetivo deste texto é contextualizar sinteticamente o desenvolvimento do capitalismo, considerando a relação entre o sistema econômico-produtivo, o Estado e as práticas tecnocráticas aplicadas à sociedade em defesa do capital que encontra na educação um dos meios para a difusão ideológica burguesa, mediante análise e reflexão dos escritos de intelectuais que dedicaram o seu tempo à temática, na perspectiva de apontar o processo de degradação do meio ambiente na atualidade. Para a realização do estudo elegemos a pesquisa bibliográfica como opção metodológica, pois entendemos que proporciona ao pesquisador o contato direto e imediato com o que já foi produzido sobre o tema. Focalizamos as nossas leituras, análises e reflexões em Nico Poulantzas (1977), Leo Huberman (1985), Maurice Dobb (1987), Octavio Ianni (1997), David Harvey (2005) e Flávio Santos (2015). Observamos que a sistemática expansão do capitalismo penetrou todos os espaços, destruiu culturas, especialmente, a camponesa, mediante a imposição de novos hábitos e costumes, valores e ideais caracterizados pela urbanização e industrialização que devastavam sem piedade o meio ambiente natural.

Palavras-Chave: Capitalismo. Tecnocracia. Educação. Meio Ambiente.

Introdução

A expansão das atividades comerciais pelas mais diversas regiões do mundo europeu dos séculos XI a XV, produziu um substancial número de cidades, geralmente edificadas no entroncamento entre duas ou mais estradas, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a disposição geográfica do terreno apresentava condições adequadas para a sua construção (HUBERMAN, 1985).

Um dos principais aspectos que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, em sua primeira condição – a comercial – diz respeito ao esvaziamento do mundo agrário, expresso pela intensificação da migração camponesa para as cidades em busca de trabalho e de melhores condições de sobrevivência.

Inicialmente as bases da emergente sociedade urbana ocidental dependiam de um sistema produtivo realizado por pequenos produtores, detentores dos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPPGAS/UEG).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPPGAS/UEG).

instrumentos necessários à atividade produtiva a que se dedicavam e, se encarregavam também, da comercialização dos artigos resultantes de sua produção. A economia se restringia ao comércio local, que em diversas situações assumia a forma de troca entre os artigos artesanais vendidos no mercado citadino e os produtos agrícolas oferecidos pelos camponeses.

A fonte de acumulação de capital impulsionadora das transformações e crescimento do novo sistema econômico ganha expressão com o firmamento de uma classe privilegiada de burgueses que impulsiona as atividades e relações comerciais para outras localidades, ampliam consideravelmente os mercados e se especializam no comércio atacadista (DOBB, 1987).

Os comerciantes constituíram nova classe, instituída não apenas economicamente, mas, também, politicamente, na medida em que estabeleceram poderes de monopólio e passaram a ser eleitos para conduzir os negócios das cidades. Instituíam-se no seio do poder público, a defesa dos interesses burgueses, conduzida de forma astuciosa, flexível e perspicaz por homens especializados na arte de “temperar extorsão com bajulação, combinar avareza com lisonja e encobrir a dureza do usurário com as vestes de um cavalheiro; homens pouco interessados pelo produtor, a não ser por sua submissão contínua” (DOBB, 1987, p. 127).

O capitalismo em seu processo de desenvolvimento elegeu alguns pilares para assegurar a sua estrutura: a propriedade privada, a livre concorrência, a livre iniciativa e o lucro. Tais pilares são expressos pela ideologia burguesa capitalista e têm no Poder Público do Estado o seu principal defensor. É por meio da formulação e implementação de leis que Estado regulamenta as demandas da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora que é obrigada a obedecer à legislação, assegurando a manutenção do sistema socioeconômico capitalista, efetivamente inaugurado na transposição das atividades comerciais para às atividades industriais no século XVIII.

Mais especificamente é por meio da exploração imposta pela burguesia à classe trabalhadora que se cristaliza o mais importante pilar para a sustentação do capitalismo, traduzido pela luta de classes (burguesia *versus* proletariado). Os meios, os instrumentos, os mecanismos, as estratégias utilizadas pela burguesia capitalista no processo de desenvolvimento do sistema no decurso do século XIX para o século XXI são inúmeros e diversificados.

Tais recursos variam de acordo com a necessidade das circunstâncias e contextos históricos, sendo meticulosamente elaborados e empregados por *staff* altamente intelectualizado e especializado que, historicamente, transitou da competência técnica da engenharia para a eficiência prática das ciências econômicas, denominados por Santos (2015), de tecnocratas – um estrato da classe dominante protetor dos interesses capitalistas.

A tecnocracia por meio do Estado atua tanto de forma implícita quanto explícita em função da satisfação de suas exigências e de modo a evitar possíveis embates sociais, bem como, amenizar tensões sociais decorrentes de reivindicações da sociedade em âmbito geral, por exemplo: regulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários, reforma agrária, serviços públicos gratuitos de educação, saúde, transporte, segurança, infraestrutura etc.

A efetiva ampliação e amplificação da difusão ideológica capitalista na atualidade – meticulosamente organizada pelos tecnocratas – têm sido praticada pelo permanente processo de globalização da economia, no qual todas as fronteiras que restringiam qualquer possibilidade de avanço do capital foram definitivamente eliminadas. Não há mais limites para a sociedade de consumo contemporânea, assim como, parece não haver limites também para o aprofundamento da exploração do homem pelo homem, da natureza pelo homem e da destruição do meio ambiente em si, pela desmedida ganância em busca do lucro e acúmulo de riquezas, sistematicamente empreendida pela burguesia.

Esclarecemos que o propósito deste estudo é de contextualizar sinteticamente o desenvolvimento do capitalismo, considerando a relação entre capitalismo, Estado e práticas tecnocráticas aplicadas à sociedade em defesa do capital e encontra na educação um dos meios para a difusão ideológica burguesa, mediante análise e reflexão dos escritos de intelectuais que dedicaram o seu tempo à temática. Temática que entendemos constituir substancial importância para a compreensão da necessidade de preservação do meio em que vivemos.

Materiais e Métodos

O presente texto integrará o capítulo teórico da dissertação de mestrado – em processo de pesquisa –, intitulada “Educação Ambiental: Uma Prática Possível nas Escolas Públicas Estaduais de Morrinhos/GO”. Para a realização de nosso estudo definimos a pesquisa bibliográfica como metodologia, pois permite ao

pesquisador tomar contato direto com o que já foi registrado e produzido a respeito do tema “por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas as fontes indispensáveis à pesquisa” (PÁDUA, 2012, p. 55-56).

Adquirimos alguns livros sobre a temática e consultamos algumas bases de dados de grande importância no universo acadêmico (Portal CAPES, SCIELO, BIREME, Google Acadêmico, Portais de Teses e Dissertações da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Goiás, dentre outras) para selecionar textos científicos que tomaremos como base para a construção de nossa referência teórica.

Para a construção do presente texto concentramos as nossas leituras, análises e reflexões nos escritos de Nico Poulantzas (O Estado em Crise - 1977), Leo Huberman (História da Riqueza do Homem - 1985), Maurice Dobb (A Evolução do Capitalismo - 1987), Octavio Ianni (A Era do Globalismo - 1997), David Harvey (A Produção Capitalista do Estado - 2005) e Flávio Santos (Capitalismo, Tecnocracia e Educação - 2015).

Resultados e Discussão

Para discutir o processo de desenvolvimento do capitalismo, Santos (2015) apresenta bases teóricas análogas e diversificadas quanto aos conteúdos que movimentaram as transformações socioeconômicas em distintos contextos históricos, a partir do século XVIII. O autor aponta que o sistema se estabelece com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, materializada por um conjunto de inovações tecnológicas que permitiu implementar a mecanização da produção, o que gerou várias transformações, consequência direta da preocupação em assegurar maior eficiência e produtividade no interior do processo produtivo.

Flávio Santos (2015) ao analisar as fundamentações teóricas do Conde de Saint Simon (1802; 1814; 1821; 1823; 1949) e de Thorstein Veblen (1899; 1904; 1914; 1918)³, aponta que os engenheiros deveriam se encarregar da organização de uma sociedade orientada pela racionalidade técnica e científica em favor da classe trabalhadora, mediante a promoção do bem-estar comum contra os interesses privados burgueses. De acordo com Saint Simon e Veblen (apud SANTOS, 2015, p.

³ Consultar: SANTOS, Flávio Reis. Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia saintsimoniana à economia (neo)liberal friedmaniana. Jundiaí/SP: Paco, 2015.

85) somente os tecnocratas possuíam qualificação e competência para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos da sociedade; deviam atuar em favor do bem comum “para edificação de uma sociedade mais justa e igualitária”.

Em contraposição às teses *saintsimonianas* e *veblenianas*, Santos (2015) apresenta os princípios de administração científica de Frederick Taylor (1911) e de Henri Fayol (1914) totalmente voltados para a maximização da exploração da força de trabalho da classe proletária, por meio da introdução de inovadoras técnicas no processo produtivo, orientadas especialmente pelo controle do tempo e de movimentos e por uma organização administrativa rigidamente hierarquizada para manter a disciplina e aumentar a produtividade no interior da fábrica

O autor destaca a importância da utilização da burocracia exaustivamente estudada por Max Weber (1904; 1920; 1922) para preservar os privilégios da classe dominante, pois nela encontram-se as propostas tecnocráticas que fundamentaram a sociedade capitalista devido ao progresso técnico-científico e destacaram as transformações do sistema de produção do século XX. De acordo com Santos (2015), a racionalidade tecnocrática-burocrática:

[...] preparou o suprimento de mão de obra especializado, que se impôs numa velocidade surpreendente em decorrência da imbricação da técnica, ciência e trabalho, assentada na rígida base produtiva *tayloriana-fayoliana*. Atendeu plenamente as exigências do capitalismo monopolista, como resultado direto de uma necessidade iminente de organização e instituição de um sistema educativo capaz de instrumentalizar e capacitar a força de trabalho proletária e, ao mesmo tempo, alimentar a hierarquia acadêmica de seus quadros dirigentes (SANTOS, 2015, p. 149).

A tecnocracia atua em diferentes contextos da realidade capitalista, especialmente nas situações de crises em que “utiliza o conhecimento técnico e científico do mundo material para interferir nas estruturas institucionais visando promover a permanente reordenação do sistema socioeconômico” (SANTOS, 2015, p. 12). Para que o capitalismo se mantenha como sistema hegemônico, o racionalismo tecnocrático interfere em vários campos, principalmente na educação, submetida aos mandos e desmandos das leis e políticas emanadas do Estado.

Nico Poulantzas (1977) argumenta que uma crise econômica pode ocasionar uma crise política e, portanto, uma crise de Estado em determinadas circunstâncias. Todavia, também pode se restringir exclusivamente ao campo econômico, visto que uma crise política pode, perfeitamente, remeter as suas causas a razões que não tenham qualquer vinculação com a economia e vice-versa. A crise política, geralmente, decorre de uma crise ideológica, visto que constitui a posição das

classes e define o papel a ser desempenhado pelo aparelho do Estado na condução das relações no interior da sociedade. As ações e intervenções do Estado contemporâneo ampliaram-se substancialmente:

[...] no espaço de reprodução e de acumulação do capital (urbanismo, transporte, saúde, meio ambiente, equipamentos coletivos etc.) produzindo por efeito uma politização considerável das lutas populares nesses domínios, na medida em que essas massas confrontam-se aí diretamente com o Estado. Elemento de crise política importante, mas que se acentua pelo próprio fato de que estas intervenções do Estado, visando entre outras coisas a elevação da taxa de mais-valia pela reprodução-qualificação capitalista da força de trabalho, aumentam consideravelmente em períodos de crise, e despojam-se de seu aspecto de política social (POULANTZAS, 1977, p. 35).

De outra parte, David Harvey (2005) afirma que as crises periódicas do capitalismo, direta e/ou indiretamente, produzem por resultado a renovação e expansão da capacidade produtiva criando as condições necessárias para resguardar a acumulação de capital. Em outras palavras, as crises endêmicas e cíclicas do sistema oportunizam novas e maiores oportunidades de acumulação, pois aumentam a produção com a sofisticação das máquinas e equipamentos, asseguram excedente de mão de obra e capital renovado, novos mercados e investimentos, novas tecnologias e demandas efetivas. Assim sendo, é possível inferir que para satisfazer as suas demandas o sistema capitalista fomenta:

[...] a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte para que o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades, ao mesmo tempo em que novas esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital podem se abrir. Portanto, a realização nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte (HARVEY, 2005, p. 48).

Ao derrubar todas as barreiras que emperravam o pleno avanço do capital internacional para todas as partes do globo terrestre, o sistema capitalista não somente irrompeu as fronteiras nacionais como também, invadiu regimes políticos, destruiu civilizações, extinguiu culturas. As instituições e as forças produtivas que protegem as relações capitalista de produção (re)territorializam-se permanente e simultaneamente, caracterizando-se por sua onipresença. Portanto, a globalização do mundo atual compreendendo o capital, as comunicações, os transportes, bem como:

[...] a tecnologia, a força de trabalho, a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila,

destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.

A globalização afetou (afeta) a vida e o trabalho caracterizando o mundo como uma fábrica global. A partir da expansão do novo ciclo capitalista inaugurado no último quarto do século XX, a complexidade, movimentação, articulação e contradição da sociedade contemporânea resultaram na evolução ininterrupta técnico-científica que produzem vários problemas, sociais, econômicos, políticos, culturais e encaminham o meio ambiente para o esgotamento total de seus recursos e, portanto, para a extinção da vida.

A questão ambiental constitui o maior problema da sociedade capitalista globalizada, sendo totalmente impossível negar que “a difusão global das políticas econômicas e dos estilos de vida baseados na indústria está exaurindo a riqueza ecológica do nosso planeta mais rapidamente do que pode ser reposta” (IANNI, 1997, p. 23). Definitivamente, se encontram em perigo os recursos naturais dos quais depende a humanidade.

Considerações Finais

Alguns aspectos, elementos, princípios abordados neste estudo são fundamentais para que possamos compreender a histórica sustentação do capitalismo como sistema econômico hegemônico: a atuação do Estado e ampla utilização de seu aparelho administrativo pelo racionalismo tecnocrático que, dentre outras estratégias e práticas encontra na educação o meio para propagar a ideologia dominante e reproduzir as desigualdades socioeconômicas.

Observamos que parte dos recursos empregados no processo de exploração e de imposição ideológica burguesa propicia à classe trabalhadora os meios para que materialize a sua politização em direção a reivindicar junto ao Estado e à sociedade a elaboração de políticas sociais que satisfaçam as necessidades básicas.

Estado que insiste na defesa dos interesses burgueses e que em contrapartida, deveria de fato atender as demandas de sua população. Estado que deveria por meio de seu corpo tecnocrático promover o bem-estar social geral, mediante a tomada de decisões racionais, objetivas, consistentes, afirmativas para senão eliminar, pelo menos minimizar os problemas sociais e ambientais que afligem a sociedade na contemporaneidade.

Em nossa apreensão um dos meios imprescindíveis para empreender as mudanças necessárias para reduzir e/ou eliminar a exploração do homem e da natureza pela fome voraz do capital é o investimento efetivo em educação de ótima qualidade para todos, pois constitui o único meio capaz de garantir formação e conscientização e transformação de nossa realidade atual.

É fato que a desmedida expansão do capitalismo invadiu todos os espaços, destruiu hábitos e costumes, sobretudo, no meio rural, generalizando e enraizando instituições e novas “formas de sociabilidade, padrões, valores e ideais que expressam urbanização do mundo, mas a mudança social mais impressionante de nosso tempo e que nos isola para sempre do mundo do passado é a morte do campesinato” (IANNI, 1997, p. 53).

Apesar da luta ser desigual não podemos deixar de apontar que muitos estudiosos, especialistas, professores, alunos, comunidade, entidades de classe, organizações não governamentais estão comprometidos com as questões sociais e ambientais na perspectiva de superar o cenário de destruição que envolve o planeta.

Referências

- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17 ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.
- POULANTZAS, Nico. **O estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SANTOS, Flávio Reis. **Capitalismo, tecnocracia e educação**: da utopia saintsimoniana à economia (neo)liberal friedmaniana. Jundiaí/SP: Paco, 2015.